

Auto-avaliar

conhecer para qualificar!



UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO

ADMINISTRAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO

Rui Getúlio Soares

Reitor

Ocsana Sônia Danyluk

Vice-Reitor de Graduação

Carlos Alberto Forcelini

Vice-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Marisa Potiens Zilio

Vice-Reitor de Extensão e Assuntos Comunitários

Nelson Germano Beck

Vice-Reitor Administrativo

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO

Adriano Pasqualotti

Docente/Presidente da CPA/UPF

Adil de Oliveira Pacheco

Anubis Graciela de Moraes Rossetto

Cleide Fátima Moretto

Hugo Tourinho Filho

Marcelo Trindade Rebonatto

Docentes

Adriano José da Silva

Alencar Fabiano dos Reis Trindade

Discentes

Fábio André Sfoggia Miotto

Valdecir Bogoni

Corpo técnico-administrativo

Marco Antônio Benvegna Lima

Jesus Almeida

Representantes da sociedade civil organizada

DIVISÃO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Lisiane Limara Reinehr

Analista de sistemas

Márcia Laimer

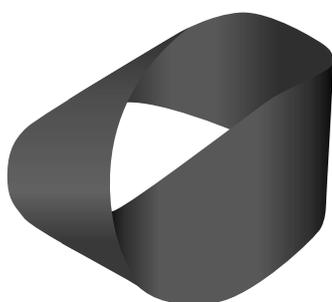
Vera Beatriz Pasqualotto Gaelzer

Auxiliares de secretaria

Mateus Brunelli

Estagiário; discente do Curso de Ciência da Computação da UPF

ADRIANO PASQUALOTTI
ANUBIS GRACIELA DE MORAES ROSSETTO
CLEIDE FÁTIMA MORETTO
MARCELO TRINDADE REBONATTO
(ORGANIZADORES)



Auto-avaliar

conhecer para qualificar!

SÉRIE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Universidade de Passo Fundo
2005



Copyright © Editora Universitária

Maria Emilse Lucatelli
Editoria de Texto

Liana Langaro Branco
Sabino Gallon
Revisão de Emendas

Jeferson Cunha Lorenz
Luis A. Hofmann Jr.
Produção da Capa

Daniel da Silva
Editoração e Composição Eletrônica

Este livro no todo ou em parte, conforme determinação legal, não pode ser reproduzido por qualquer meio sem autorização expressa e por escrito do autor ou da editora.

CIP – Catalogação na Publicação

A939 Auto-avaliar : conhecer para qualificar! / Adriano Pasqualotti ...[et al.], organizadores. – Passo Fundo : Ed. Universidade de Passo Fundo, 2005.

79 p. : 21 cm. – (Série Avaliação institucional)

Demais organizadores: Anubis Graciela de Moraes Rossetto, Cleide Fátima Moretto, Marcelo Trindade Rebonatto.

1. Educação. 2. Ensino superior. 3. Avaliação institucional. 4. Plano de ação. 5. Pesquisa. 6. Metodologia. 7. Qualificação. I. Pasqualotti, Adriano, coord.

CDU: 378

Bibliotecária responsável Schirlei T. da Silva Vaz - CRB 10/1364

ISBN – 85-7515-288-2

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO
EDITORA UNIVERSITÁRIA

Campus I, BR 285 - Km 171 - Bairro São José
Fone/Fax: (54) 316-8373
CEP 99001-970 - Passo Fundo - RS - Brasil
Home-page www.upf.br/editora
E-mail editora@upf.br

Editora UPF afiliada à



Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
INTRODUÇÃO	11
1 PROGRAMA DE AUTO-AVALIAÇÃO	19
1.1 CONCEPÇÃO DE AUTO-AVALIAÇÃO	19
1.2 JUSTIFICATIVA/FINALIDADE	21
1.3 OBJETIVO	23
1.4 PLANO DE AÇÃO	23
2 METODOLOGIA	25
2.1 PERSPECTIVA METODOLÓGICA DE INVESTIGAÇÃO/ INTERVENÇÃO	25
2.2 A ÉTICA NA PESQUISA: PROCEDIMENTO METODOLÓGICO INDISPENSÁVEL	28
2.3 DELINEAMENTO	30
2.4 LOCAL DO ESTUDO, DEFINIÇÃO DA POPULAÇÃO E DA AMOSTRA	30
2.5 ESTRATÉGIAS PARA COLETA DE DADOS/INFORMAÇÕES	31
2.6 TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS/INFORMAÇÕES	32
2.7 DESCRIÇÃO DAS AÇÕES PREVISTAS NO DESENVOLVIMENTO	33
3 DIMENSÕES	37
3.1 MISSÃO/PDI	37
3.2 ENSINO	39
3.3 PESQUISA	44
3.4 EXTENSÃO E RESPONSABILIDADE SOCIAL	47
3.5 PÓS-GRADUAÇÃO	51
3.6 GESTÃO	53
3.7 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	59
REFERÊNCIAS	61
ANEXOS	65

APRESENTAÇÃO

No momento em que o Brasil vive um processo de competição predatório entre universidades e instituições de ensino superior, considerando que estas últimas não estão comprometidas com pesquisa aplicada às necessidades regionais e com extensão que gere conhecimento, o processo de auto-avaliação da Universidade de Passo Fundo revela-se como o compromisso que temos com a qualificação de nossos serviços.

Estamos há 37 anos instalados na região Norte do Rio Grande do Sul, constituindo-nos como um pólo educacional cujas ações são orientadas pelo ensino, pesquisa e extensão. Nossa natureza comunitária indica a necessidade que temos de ajudar a transformar a região em que atuamos numa estrutura multicampi, mais especificamente nas cidades de Carazinho, Palmeira das Missões, Sarandi, Casca, Lagoa Vermelha, Soledade e no Campus Central de Passo Fundo.

O mercado de trabalho oferece oportunidades aos mais competentes. Por isso mesmo, precisamos qualificar nossas ações, preocupando-nos em mudar nossos níveis em busca de excelência em diferentes áreas.

A atividade de auto-avaliação permite que toda a comunidade acadêmica se manifeste, demonstrando suas satisfações, problemas, sugestões, críticas pertinentes, com o intuito de ser aprimorado o que já está sendo realizado.

As mudanças institucionais são necessárias e urgentes, assim como a oferta de cursos deve estar atenta aos interesses

da comunidade local e regional. Em vista disso, os resultados do processo de auto-avaliação devem ser analisados e devolvidos a todos os atores, a fim de que a conscientização dos problemas possa desencadear o processo de mudanças.

É preciso levar em conta que a auto-avaliação está diretamente relacionada com resultados educacionais, científicos, culturais e, principalmente, sociais. De nada adianta permanecermos fechados em nós mesmos, sem termos a certeza de que estamos contribuindo para as mudanças em nosso entorno.

Alguns indicadores precisam ser levados em conta na atualidade institucional: procedimentos interdisciplinares devem substituir, gradativamente, o trabalho isolado das disciplinas; a tentativa de execução de disciplinas básicas entre os cursos amplia o relacionamento entre os mesmos, bem como a necessidade de os trabalhos propostos pelos professores aos alunos universitários abrangerem uma visão interdisciplinar, a partir da ação conjunta entre professores e alunos. Relativamente à pesquisa, é necessário perguntar se está comprometida com as necessidades locais e regionais, além das pesquisas teóricas tão necessárias em determinadas áreas. O investimento que fazemos, seja por parte dos alunos, seja por parte dos professores, deve gerar mudanças na sociedade para melhor.

Laboratórios e bibliotecas precisam ser utilizados com maior frequência pelos alunos, validando, sobremaneira, os investimentos feitos para a qualificação institucional. O uso das ferramentas colocadas à disposição de alunos e professores deve também trazer retornos positivos no processo de qualificação pessoal e institucional.

A realização deste trabalho – *Auto-avaliar: conhecer para qualificar!* – é uma demonstração do comprometimento da Universidade de Passo Fundo com o processo de avaliação não apenas como uma exigência legal, mas, sobretudo, pelo desejo

de corrigirmos os rumos de determinadas áreas em busca da qualificação de todas as ações que visam à qualificação institucional.

A leitura do conteúdo do documento, sem dúvida, ampliará o conhecimento de todos os leitores não apenas sobre a importância da auto-avaliação, mas também acerca da necessidade de mudanças cada vez mais constantes na Universidade de Passo Fundo.

Cumprimentamos a equipe responsável pelo programa de avaliação desenvolvido em nossa Universidade de Passo Fundo pela qualidade apresentada, ao mesmo tempo em que clamamos toda a comunidade universitária para transformar o processo de auto-avaliação numa cultura institucional.

Prof. Rui Getúlio Soares
Reitor

INTRODUÇÃO

A trajetória da Universidade de Passo Fundo iniciou-se na década de 1950 com a formação de cursos superiores em duas instituições de ensino: a Sociedade Pró-Universidade de Passo Fundo e o Consórcio Universitário Católico. A fusão das duas, em 1968,¹ resultou no reconhecimento da UPF como universidade comunitária e filantrópica, a qual vem desenvolvendo um projeto que a tornou uma das mais importantes instituições de ensino superior do sul do Brasil. Localizada na região do Planalto Médio do estado do Rio Grande do Sul, a UPF agrega mais de 18 mil discentes.

De caráter comunitário e regional, a Universidade de Passo Fundo conta com sete *campi*: Campus Passo Fundo,² Campus Carazinho, Campus Casca, Campus Lagoa Vermelha, Campus Palmeira das Missões, Campus Soledade e Campus Sarandi. Como instituição de caráter regional, abrange uma área geográfica de cem municípios, desenvolvendo em parceria programas de ensino, de pesquisa e de extensão, voltados ao atendimento das necessidades regionais.

A presença da UPF fomenta a atividade econômica, estimula a capacitação profissional e desenvolve tecnologias específicas para as demandas regionais. A população também reconhece a universidade na prestação de serviços e na oferta

¹ A instituição foi reconhecida pelo decreto federal nº 62.835, de 6 de junho de 1968.

² O município de Passo Fundo, sede da UPF, possui aproximadamente 170 mil habitantes, de acordo com o Censo 2000 do IBGE.

de atividades de lazer e cultura. A UPF prima pela educação de qualidade, priorizando investimentos em infra-estrutura e formação docente.

Os docentes da UPF, em sua maioria, são mestres/doutores ou estão realizando pós-graduação, superando as exigências do MEC. Ao todo, são 12 unidades de ensino, com 51 cursos de graduação e 93 de pós-graduação. Nos 400 ha de área total, a universidade forma um ambiente de socialização e conhecimento. A Biblioteca Central, localizada no coração do *campus*, oferece um acervo constantemente atualizado para pesquisa. A ampla estrutura de apoio confirma a excelência, incluindo centro de idiomas, editora, centros e núcleos interdisciplinares, videoteca, museus, salas de espetáculo, zoológico e uma vasta área verde.

A Universidade de Passo Fundo é caracterizada como entidade comunitária e regional, com estrutura democrática e autônoma. Não está vinculada a confissões religiosas, órgãos públicos ou agremiações e sua arrecadação é reinvestida na própria instituição. Os docentes, juntamente com os discentes e funcionários, escolhem os reitores por meio de eleição direta a cada quatro anos.

As primeiras reflexões sobre o processo de avaliação da UPF surgiram em 1971, provocadas pela implantação da Reforma Universitária. Interessava aos dirigentes conhecer o impacto das inovações introduzidas, como o concurso vestibular unificado, o primeiro ciclo geral de estudos, o regime de créditos, entre outras. De outra parte, reivindicações dos docentes e dos discentes relacionadas às condições de ensino criaram a consciência de que a UPF precisava conhecer-se melhor. Nessa época, as reflexões sobre o desempenho das atividades acadêmicas motivaram a adoção de três linhas de ação: melhoria a qualidade do ensino, implantação de núcleos “emergentes”

de pesquisa e maior integração da instituição na comunidade regional. Essas linhas deram origem ao primeiro projeto de pesquisa institucional, que tinha como objetivos: a) verificar qual era a área de influência da UPF; b) analisar as condições socioeconômicas e culturais dos vestibulandos; c) descrever as atividades de extensão da UPF como forma de integração com a comunidade regional.

Algumas faculdades passaram a avaliar os egressos com o objetivo de reformular os currículos ou de analisar a contribuição das pesquisas em relação ao ensino e às necessidades regionais. Nesse período, as atividades de avaliação ocorriam, ainda, de forma isolada e esporádica, mas já se manifestava a vontade da UPF de implantar uma auto-avaliação de caráter permanente. Buscavam-se alternativas para melhorar a qualidade acadêmica, não apenas a qualidade interna, mas também a qualidade extrínseca,³ referente ao atendimento das necessidades sociais.

Na década de 1980, em especial na passagem dos vinte anos (1988), a Reitoria oportunizou uma reflexão ampla: “A UPF, o que foi? E para onde vai?” As discussões internas levaram à elaboração de uma proposta de avaliação sobre a relevância social da UPF, isto é, interessava saber se os resultados do ensino, da pesquisa e da extensão atendiam às expectativas da comunidade externa na qual a instituição atuava. Portanto, era uma proposta de avaliação da UPF a partir de seu entorno, uma vez que ela já se definia como uma instituição comunitária e comprometida com o desenvolvimento da região. A partir desse enfoque, justificava-se uma avaliação do seu desempenho na comunidade e o grau de atendimento às necessidades

³ Essa dimensão extrínseca de qualidade passou a constituir um critério básico para todos os programas de avaliação institucional que foram implementados na instituição até o presente momento, inclusive para esta proposta de auto-avaliação.

regionais, o que foi conseguido por meio de dois subprojetos: “Diagnóstico das necessidades sociais e econômicas na área de influência da UPF” e “Desempenho da UPF nas funções de extensão, ensino e pesquisa”. Antes de sua execução, a proposta foi avaliada num seminário que contou com a participação de especialistas do Ministério da Educação, que a consideraram adequada ao modelo específico da UPF como instituição comunitária. Concluída a pesquisa, os resultados foram divulgados na forma de dois relatórios: “Diagnóstico das necessidades regionais” e “Diagnóstico da Instituição”. Esses resultados levaram a uma discussão interna sobre as condições institucionais de integração ao meio.

Em 1990, a avaliação institucional da UPF sofreu um processo de redimensionamento: o foco da avaliação passou a centrar-se na melhoria da qualidade do ensino de graduação. Diversos fatores influenciaram nesse redimensionamento:

- o Plano de ação 1990-1994, que estabeleceu como prioritária a diretriz da melhoria da qualidade de ensino;
- a reativação, em 1990, da Comissão de Avaliação Institucional, com a incumbência de elaborar um modelo de avaliação para a UPF;
- a política do Ministério da Educação de apoiar o desenvolvimento de programas de avaliação institucional.

Em 1994, implantou-se o “Plano de Desenvolvimento Institucional - Rumo ao Século XXI”, que veio reforçar a política de avaliação institucional da universidade, impulsionando uma fase nova nesse processo.

Tomando por base essas diretrizes, a UPF passou a centrar sua atenção, prioritariamente, na avaliação dos cursos de graduação, que tinham os seguintes aspectos focalizados: a) em 1991, priorizou-se a avaliação das condições do ensino relacionadas com o perfil dos docentes; b) em 1992, avaliaram-se

as condições do ensino relacionadas com o perfil dos discentes, além das bases e indicadores da qualidade; c) em 1993, realizou-se a avaliação de disciplinas e desempenho docente.

A partir de 1994, a UPF tomou a decisão de integrar-se no Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (Paiub) do Ministério da Educação, conseguindo aprovação para o seu projeto, que contemplava, basicamente, dois aspectos da avaliação: o ensino da graduação e as relações da universidade com a comunidade. Ainda em 1994, a UPF incorporou-se ao Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas (Comung),⁴ que, ao resolver implantar um programa próprio de auto-avaliação, incorporou os princípios, objetivos e metodologia do Paiub, mas incluiu novos indicadores, adequados às especificidades das universidades comunitárias (Paiung).⁵ Nesse contexto, a partir de 1996, retomou-se o ritmo da avaliação dos cursos de graduação, por meio da aplicação de um instrumento que enfatizava a auto-avaliação discente e docente e a avaliação de disciplina, bem como um instrumento de avaliação da instituição e do curso, respondido pelos discentes concluintes.

Em 1999, ocorreu uma reestruturação: a Comissão de Avaliação passou a denominar-se “Divisão de Avaliação Institucional”, vinculada ao Gabinete do Reitor. A partir de então, a divisão realizou e vem dando continuidade, até o presente momento, às seguintes ações:

⁴ O Comung é o maior sistema de educação superior em atuação no estado do Rio Grande do Sul, sendo integrado por dez instituições de ensino superior. Disponível em: <<http://www.comung.org.br>>.

⁵ O Programa de Avaliação Institucional das Universidades que compõem o Comung foi oficializado em 1994 por um conjunto de nove IES do estado do Rio Grande do Sul. O Paiung nasceu com o objetivo de construir uma metodologia de avaliação institucional adequada às universidades comunitárias, sensibilizando, assim, a comunidade universitária gaúcha para a necessidade e a importância de se proceder à avaliação das suas atividades. A referência metodológica utilizada pelo Paiung é a proposta contida no Paiub. As dimensões avaliadas dentro do programa são a da graduação, da pós-graduação, da pesquisa, da extensão e da gestão.

- início das atividades relacionadas com a modelagem e implantação de um sistema informatizado da avaliação institucional;
- elaboração de novos instrumentos de avaliação com o objetivo de incluir os indicadores das dimensões ensino (graduação e pós-graduação), pesquisa, extensão e gestão;
- continuidade na aplicação sistemática de pesquisas sobre o ensino em geral pelos discentes e docentes da graduação (onze edições) e sobre a universidade e os cursos pelos discentes concluintes (dezessete edições);
- implantação da sistemática de avaliação da pesquisa na UPF por meio da aplicação de instrumentos apropriados, que são respondidos pelos pesquisadores e discentes que participam de projetos de pesquisa (quatro edições);
- implantação da sistemática de avaliação das atividades de extensão;
- implantação da sistemática de avaliação da pós-graduação (*lato e stricto sensu*) por meio da avaliação de disciplinas e de desempenho docente, por discentes e docentes dos diferentes cursos e da universidade e do curso pelos discentes concluintes;
- promoção e realização de seminários de avaliação institucional, os quais têm como objetivo a apresentação dos resultados das avaliações das dimensões do ensino de graduação e de pós-graduação, das atividades de extensão e de pesquisa. Além disso, abriu-se um espaço à discussão que possibilitou a definição de encaminhamentos para a implantação da avaliação da gestão;
- no ano de 2004, realizou-se a avaliação da percepção dos coordenadores de curso de graduação em relação aos processos avaliativos da instituição por meio do uso da metodologia de grupos focais.

Atualmente, por meio da CPA/UPF, a UPF está empenhada em readequar o seu Programa de Avaliação Institucional, em virtude das realidades emanadas pelo Sinaes.⁶ Dessa forma, a instituição percebe a auto-avaliação como um processo articulado que leva em conta não somente as estruturas internas de avaliação, mas também as avaliações externas com que passou a conviver, a saber: a) Avaliação das Instituições de Educação Superior (Avalies); b) Avaliação dos Cursos de Graduação (ACG); c) Avaliação do Desempenho dos Estudantes (Enade).

Em decorrência disso, em janeiro de 2005 realizou-se o “I Seminário Integrado das Propostas Pedagógica, Avaliativa e Estratégica da Universidade de Passo Fundo”, cujo objetivo foi a promoção de um espaço de discussão que pudesse integrar as novas propostas e projetos avaliativos, pedagógicos e estratégicos da instituição. Para tanto, foram apresentadas as diferentes propostas de avaliação, pedagógica e estratégica da instituição, sensibilizando a comunidade acadêmica sobre a importância da discussão e da participação nos diferentes projetos propostos. Como metodologia, propôs-se discutir, de forma crítica e participativa, as diferentes concepções, metodologias e planejamento apresentados para o período 2005/2008.

⁶ SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: da concepção à regulamentação. 2 ed. ampl. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2004.

1 PROGRAMA DE AUTO-AVALIAÇÃO

As instituições brasileiras de educação superior vêm se empenhando em desenvolver processos de auto-avaliação relacionados com a qualidade institucional de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão. A necessidade desse processo é não somente uma exigência legal, mas também uma condição indispensável para a busca da qualidade institucional, da pertinência das atividades acadêmicas, pedagógicas, científicas e culturais desenvolvidas e do gerenciamento eficiente, ético e relevante dos recursos colocados à disposição para a execução da missão da instituição.

1.1 CONCEPÇÃO DE AUTO-AVALIAÇÃO

Os compromissos com a sociedade regional com a qual a UPF interage, as ações de gestão acadêmica e administrativa, as atividades relacionadas com as diferentes modalidades de ensino, os programas de pesquisa e as políticas de extensão em desenvolvimento na instituição, bem como sua responsabilidade social, necessitarão ser explicitados por meio de indicadores e referenciais definidos e avaliados pela utilização de uma metodologia adequada que possa atender aos pressupostos e os objetivos.

Por outro lado, a UPF está consciente de que apenas a definição de tais indicadores não garantirá a qualidade institucional. Por isso, torna-se imperativo, antes de tudo, explicitar que o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), o Projeto de Desen-

volvimento Institucional (PDI) e o Planejamento Estratégico conduzirão o processo de auto-avaliação. Em outras palavras, a avaliação está referida ao projeto da universidade comunitária: ser a UPF uma universidade produtora e disseminadora de saber de qualidade e socialmente relevante, democrática e transparente, pública pela lógica de seu funcionamento e permanentemente aberta à realidade dinâmica da sociedade em que atua.

Nesse sentido, a educação é concebida na UPF como um bem público, provido por uma instituição comunitária que necessita garantir competitividade e sustentabilidade financeira. Não obstante, contempla valores de cidadania, solidariedade e responsabilidade social, garantida pela sua identidade institucional e nacional.

Por isso, a auto-avaliação é concebida como um processo sistemático de busca de subsídios para o aperfeiçoamento da qualidade institucional, no qual é nível de aceitabilidade ou de adequação de uma atividade, processo ou produto, definidos pelos setores internos e externos da instituição; funciona como um sensoriamento que baliza o fazer da instituição e que se centra mais nas estruturas, nos processos, nas circunstâncias e conseqüências do que nas contribuições individuais. Dessa forma, o processo de auto-avaliação da UPF é instrumento fundamental para o planejamento, a tomada de decisões e a obtenção de padrões de excelência.

Tendo em vista a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e a não-duplicação de meios, as principais dimensões sobre as quais incidirá a avaliação são missão/PDI, ensino, pesquisa, extensão e responsabilidade social, pós-graduação, gestão e avaliação institucional. Num outro item desse documento, proceder-se-á a uma detalhada caracterização das dimensões a serem consideradas neste programa de auto-avaliação.

Não é suficiente, entretanto, avaliar o ambiente interno. É necessário que se tenha uma visão clara do ambiente externo (econômico, cultural, histórico, geográfico, sociológico) com o qual a UPF interage. Assim, um eixo transversal será também considerado no seu processo de auto-avaliação: as relações universidade-sociedade, especialmente no sentido de enfatizar a atuação e o papel comunitário da universidade e a avaliação que a comunidade pode fazer do desempenho da instituição.

A auto-avaliação da UPF, se concebida desse modo, contribuirá para a identificação de excelências e insuficiências e possibilitará a definição de metas e de políticas, por meio da auto e da heteroavaliação, tendo como estratégias fundamentais:

- a produção de autoconhecimento institucional pela apreensão global e integrada da realidade acadêmica, por meio de uma análise que considere o conjunto de atividades nela desenvolvidas, a favor da melhor adequação dessas atividades aos objetivos propostos no Projeto de Desenvolvimento Institucional, no Projeto Pedagógico Institucional e no Planejamento Estratégico;
- o fortalecimento dos mecanismos de articulação interinstitucional no âmbito das universidades comunitárias do estado do Rio Grande do Sul;
- a consolidação da contribuição das universidades comunitárias do estado do Rio Grande do Sul e de sua representatividade no cenário acadêmico nacional.

1.2 JUSTIFICATIVA/FINALIDADE

O compromisso essencial de uma instituição de educação superior sempre foi o de difundir, aprofundar e produzir conhecimentos e cultura. Além disso, a IES também é responsável pela formação de profissionais e de cidadãos. Para garantir

a eficácia desses compromissos, ela deve conhecer-se. Portanto, deve rever e avaliar, contínua e sistematicamente, os meios que utiliza para tal, ou seja, a qualidade de suas funções (ensino, pesquisa e extensão).

Formar profissionais e cidadãos qualificados, com responsabilidade social e com valores democráticos, implica para a UPF admitir o seu compromisso científico e social como universidade comunitária; por isso, a necessidade de a instituição dispor de um corpo docente e técnico-administrativo qualificados e de infra-estrutura adequada. Essas são exigências mínimas para o atendimento do compromisso científico e social, em acordo com sua missão. A busca de estímulos específicos para a qualificação dos seus docentes, bem como do corpo técnico-administrativo, e a disponibilidade de uma infra-estrutura adequada, que atenda a padrões excelência, devem constituir meta permanente da instituição.

Além disso, o cotidiano das instituições que buscam a melhoria da qualidade da educação superior, a expansão da sua oferta e o aumento permanente da sua eficácia institucional e da efetividade acadêmica e social tendem a se tornar cada vez mais complexos tanto no plano acadêmico quanto no administrativo. Essa complexidade crescente impõe a necessidade de um acompanhamento constante. A transparência das atividades desenvolvidas numa universidade comunitária como a UPF mostrará a diversidade dessas atividades e apontará aspectos a serem revistos. Por fim, os resultados alcançados nos processos de avaliação anteriores realizados na UPF confirmam e comprovam que o emprego de estratégias de auto-avaliação constitui um poderoso recurso auxiliar no processo de seleção de meios que viabilizem a implementação das condições necessárias para que a instituição concretize sua missão.

Dessa forma, a auto-avaliação da UPF define-se pela adoção dos seguintes princípios norteadores:

- constitui-se num processo gradual, global, permanente e sistemático, capaz de garantir a melhoria da qualidade da educação superior;
- reveste-se de critérios avaliativos com ampla legitimidade técnica e política;
- assegura o debate e a divulgação dos resultados a toda comunidade acadêmica em todas as suas diferentes etapas, fases e procedimentos;
- possibilita o acompanhamento de especialistas (internos e externos) na medida em que possam contribuir para facilitar e conferir maior objetividade ao processo. Entretanto, garante que as decisões sejam tomadas pelos órgãos ou instâncias superiores responsáveis pela condução dos setores e atividades avaliadas.

1.3 OBJETIVO

Avaliar a educação superior com vistas à busca da qualidade institucional e de efetividade acadêmica e social.

1.4 PLANO DE AÇÃO

O plano de ação para a implementação dos processos de auto-avaliação da UPF, na perspectiva das diretrizes do Sinaes, define-se pelo desenvolvimento de atividades/etapas coordenadas. O ponto fundamental dessa coordenação é possibilitar um ritmo específico de avaliação para cada um dos núcleos que compõem as dimensões avaliadas. Seu plano de ação da auto-avaliação ocorre em três momentos, a saber:

- *Preparação*: para cumprir os objetivos da auto-avaliação da UPF, há a necessidade do comprometimento dos dirigentes das diversas instâncias que compõem a

estrutura organizacional da instituição, por exemplo, disponibilizando à Comissão Própria de Avaliação da UPF dados e informações necessários para a análise/interpretação do sistema. Além disso, um processo de sensibilização¹ contínuo junto à comunidade acadêmica será implementado, buscando o envolvimento com relação à elaboração de instrumentos para a avaliação dos indicadores;

- *Desenvolvimento*: em primeiro lugar, implementar-se-ão os instrumentos de coleta de dados, bem como realizar-se-á a análise dos indicadores propostos no Roteiro de Auto-Avaliação Institucional. Após, serão elaborados os relatórios parciais/finais relativos às diferentes dimensões que compõem a auto-avaliação da UPF. Por fim, realizar-se-á uma revisão do programa de auto-avaliação da UPF, com vistas ao planejamento das atividades para a continuidade do processo de avaliação;
- *Consolidação*: a etapa de consolidação tem como objetivo possibilitar, por meio da autoconsciência valorativa, a elaboração de propostas de políticas institucionais de gestão acadêmica e administrativa. Dessa forma, o processo de auto-avaliação tem como finalidade proporcionar, por meio do autoconhecimento, o desenvolvimento mais efetivo dos processos administrativos. Além disso, a consolidação da auto-avaliação deve se caracterizar como um balizador da avaliação externa, diretriz prevista no Sinaes.

¹ A sensibilização contínua da comunidade acadêmica busca o envolvimento com relação ao desenvolvimento da proposta de auto-avaliação, bem como para a elaboração de instrumentos de coleta de dados. Os sujeitos envolvidos são membros da CPA/UPF, reitor e vice-reitores, membros do Conselho Universitário, diretores de unidade e de *campi*, coordenadores de curso, docentes, discentes, corpo técnico-administrativo e comunidade externa.

2 METODOLOGIA

Neste capítulo, descrevem-se os procedimentos metodológicos adotados para o desenvolvimento do programa de auto-avaliação da UPF. Como o pressuposto fundamental refere-se às questões éticas, faz-se, inicialmente, uma reflexão com relação ao posicionamento ético do pesquisador, que, ao tomar uma decisão, influencia desde a escolha da amostra até a forma como utiliza e como apresenta os resultados.

2.1 PERSPECTIVA METODOLÓGICA DE INVESTIGAÇÃO/INTERVENÇÃO

É importante assinalar que o programa de auto-avaliação da UPF se insere numa perspectiva metodológica de investigação/intervenção que valoriza os processos de transformação social, de enfrentamento de conflitos e de participação social.

Tomando as ferramentas da análise institucional e os indicativos formulados por René Lourau (1993), bem como as considerações metodológicas de Fernandes et al. (2004), que fundamentam o investimento teórico/metodológico, este programa estrutura-se em três fundamentos: em primeiro lugar, a perspectiva da investigação/intervenção aponta para a construção de um campo múltiplo facetado, no qual sujeitos e objetos se criam mutuamente. Segundo Rodrigues e Souza,

[...] colocar em foco, “iluminar” certos processos institucionais significa, nessa vertente de pesquisa, assumir que a própria investigação produz efeitos, inclusive em si mesma. Essa idéia está assentada na concepção de instituição enquanto conjunto

de relações sociais que se instrumentalizam nas organizações e nas técnicas, sendo nelas produzidas, reproduzidas, transformadas e/ou subvertidas (1987, apud Fernandes et al., 2004, p. 247).

Fernandes et al. argumentam que “a constituição de um campo de intervenção se afirma na perspectiva de compreensão daquilo que é invisível, ou seja, a instituição, que atravessa, cria e forma os grupos. Nessa perspectiva se pode pensar em uma pesquisa que, inserida em certas práticas, se faz atravessada por elas” (2004, p. 247).

O segundo fundamento metodológico adotado para a implementação deste programa de auto-avaliação diz respeito ao questionamento da neutralidade científica. Segundo Lourau (1993, apud Fernandes et al., 2004, p. 247), “[...] a Análise Institucional tenta não fazer um isolamento entre o ato de pesquisar e o momento em que a pesquisa acontece na construção do conhecimento”. Isso significa afirmar que sujeito e objeto ganham uma proximidade que deve ser analisada durante todo o tempo. Capaz de implicar-se com o campo e com os objetos da investigação, o pesquisador assume ser apreendido pelo próprio questionamento, assim como todos os atores sociais envolvidos.

A terceira base metodológica diz respeito ao que Lourau chama de “maximizar a análise coletiva” (1983, apud Fernandes et al., 2004, p. 247). A coletivização deve envolver todos os sujeitos na apropriação não só de resultados, mas da dinâmica das relações sociais, que se tornam visíveis.

Para que a investigação/intervenção possa constituir-se numa inovação é preciso, além de contemplar os fundamentos descritos anteriormente, que o pesquisador compreenda as características de autoria de sua produção, bem como as implicações éticas decorrentes. Segundo Maraschin (2004, p. 104), ao aceitar a idéia de que pesquisar produz conhecimento, partici-

par desse processo de construção exige que o pesquisador seja responsável tanto em relação ao observador subjetivo que se torna quanto em relação à obra objetiva que produz. A autora afirma também que a implicação ética desse processo institui-se quando o pesquisador se indaga com relação ao modo pelo qual se constitui como observador. Para Maraschin, a resposta dessa questão envolve a explicitação dos mecanismos capazes de gerar conhecimentos, isto é, é preciso “pensar na autoria tanto em sua dimensão criativa quanto ética”. Segundo Maturana (1997, apud Maraschin, 2004, p. 104), “[...] a atividade explicativa implica em escolhas, conscientes ou não, e essas mesmas escolhas podem ser passíveis tanto de decisões estéticas quanto éticas. Toda autoria é, ao mesmo tempo, exercício de autonomia e de implicação, de responsabilidade pelo que se cria”. Isso significa, conforme Maraschin (p. 104), que a “atividade do explicar não é a de ‘desvelar’ um segredo natural ou essencial, mas sim a de construir um critério explicativo aceitável em uma comunidade de observadores”.

Além disso, o suporte metodológico adotado para a implementação do Programa de Auto-Avaliação da UPF pressupõe a superação das dicotomias existentes entre as ciências naturais e sociais, isto é, admite-se que o conhecimento é um objeto que se amplia na medida em que se utilizam interfaces capazes de funcionar com uma pluralidade metodológica, cuja tarefa é encurtar a distância entre sujeito e objeto.

Decorre disso que, além de focar o problema de diferentes pontos de vista, esta abordagem não tem a pretensão de unificar o processo de análise dos dados; por isso, serão contemplados aspectos qualitativos e quantitativos. Para tanto, a adoção de estratégias diversificadas e o uso de instrumentos apropriados para a coleta de dados e informações voltar-se-ão, com maior peso, a uma adequada descrição e interpretação dos fenômenos

observáveis e mensuráveis a respeito da qualidade institucional e, com menor peso, para quantificações e mensurações que pouco acrescentam aos propósitos avaliativos em estudo. Essa abordagem técnico-metodológica adequa-se perfeitamente aos propósitos participativos dos sujeitos implicados na avaliação, ou seja, possibilita a participação da comunidade acadêmica (docentes, discentes, corpo técnico-administrativo) e da própria comunidade externa na compreensão avaliativa das dimensões em estudo.

2.2 A ÉTICA NA PESQUISA: PROCEDIMENTO METODOLÓGICO INDISPENSÁVEL

Muitos pesquisadores afirmam que a sociedade moderna encontra-se na denominada “Era da Informação”. A quantidade de dados à disposição das pessoas é tão grande que se torna necessário estudar parte dessa informação disponível para se tomar determinada decisão. Todavia, isso é uma situação delicada, pois, para muitos, seria melhor não ter informação e saber disso do que ter a informação errada e pensar que é a correta.

A especialidade do pesquisador que trabalha com dados quantitativos ou qualitativos é o resultado de uma medida, ou seja, o método e o projeto dessa medida. Por exemplo: o que deve ser medido? Que perguntas devem ser formuladas? Que erro se pode cometer? Quais são os custos não só do projeto, mas do erro causado por uma decisão tomada erroneamente? Qual é o significado dos resultados? Que postura ética é preciso ter no momento da utilização dos resultados, ou mesmo durante a coleta dos dados? O que são dados/fatos?

De acordo com Lopes (1999), os três maiores problemas teóricos de uma pesquisa com base numa amostra são os seguintes: especificação, projeto e avaliação. A especificação consiste em determinar o erro máximo que pode ser cometido; o

projeto consiste em produzir a confiabilidade desejada ao menor custo possível e utilizando as facilidades físicas e os recursos humanos disponíveis; por fim, a avaliação consiste em verificar as diferenças entre os vários procedimentos utilizados para a comparação de resultados.

Os pesquisadores esperam compreender de imediato quais são as pesquisas a serem feitas, como devem ser realizadas, qual será o custo e, finalmente, qual o tempo necessário para serem completadas. Num ambiente acadêmico, a pesquisa desenvolve-se dentro de um contexto com uma base teórica, ou seja, deseja-se testar determinado aspecto de um campo do conhecimento ou expandir o seu domínio.

Segundo Triola (1999), as aplicações da estatística se desenvolveram de tal forma que praticamente todo campo de estudo se beneficia da utilização de métodos estatísticos. Entretanto, há muitos exemplos de como é possível se equivocar ao tomar como corretos os resultados de uma pesquisa, caso o pesquisador que a desenvolveu não tenha se preocupado com os procedimentos metodológicos, principalmente no que se refere às questões éticas. As principais situações que possibilitam distorcer os dados em pesquisas quantitativas são pequenas amostras, números imprecisos, estimativas por suposição, porcentagens distorcidas, cifras parciais, distorções deliberadas, perguntas tendenciosas, gráficos/tabelas enganosos, pressão do pesquisador, más amostras, definição.

Do ponto de vista filosófico, de acordo com Cenci (2000), a ética, desde as suas origens, busca estudar e fornecer princípios orientadores para o agir humano. Ela nasce amparada no ideal grego de justa medida, do equilíbrio nas ações. A justa medida é a busca do agenciamento do agir humano de tal forma que seja bom para todos, isto é, que todos os indivíduos ou cada parte nele envolvida seja contemplada de forma equânime. O

espaço de cada indivíduo ou de cada parte que se envolve na ação necessita ser garantido de maneira autônoma e racional. Tais princípios indicam não para a perfeição do agir, mas, sim, para que ocorra da melhor forma possível, ou seja, da maneira mais adequada possível.

Do ponto de vista legal, cita-se a resolução 196/96 (Brasil, 1996), que define as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. A resolução incorpora, na ótica do indivíduo e das coletividades, quatro referenciais básicos da bioética – autonomia, não-maleficência, beneficência e justiça – e visa assegurar os direitos e deveres que dizem respeito à comunidade científica, aos sujeitos da pesquisa e ao Estado.

2.3 DELINEAMENTO

O Programa de Auto-Avaliação da UPF caracteriza-se por ser uma pesquisa do tipo exploratório-descritiva, de abordagem quantitativa e qualitativa, que objetiva analisar, oferecer subsídios, fazer recomendações, propor critérios e estratégias para a reformulação dos processos e políticas da educação superior da instituição.

2.4 LOCAL DO ESTUDO, DEFINIÇÃO DA POPULAÇÃO E DA AMOSTRA

O local de estudo compreenderá a área de domínio da estrutura multicampi da UPF, bem como a região de inserção da instituição. Conforme o tipo ou a natureza dos dados ou informações a serem obtidos, poder-se-á envolver e definir amostragem significativa dos diferentes segmentos envolvidos, isto é, o Programa de Auto-Avaliação da UPF define-se pela participação de docentes, discentes e egressos, corpo técnico-administrativo e membros da comunidade externa.

Para a pesquisa de cunho quantitativo a amostra será aleatória, considerando-se um intervalo de confiança de 95% e um erro máximo de significância de 5% para a seleção dos participantes.

O requerimento ético de aceitação voluntária de cada participante da pesquisa será satisfeito, isto é, os participantes deverão consentir em participar do Programa de Auto-Avaliação da UPF por meio da assinatura do Termo de Consentimento Informado (Anexo C). A livre e espontânea vontade em participar resguarda ao sujeito participante a não-cobrança de qualquer encargo financeiro, bem como assegura o sigilo e o anonimato das informações prestadas. Além disso, resguarda à UPF a propriedade intelectual das informações geradas, concordando com a divulgação pública dos resultados. Dessa forma, a pesquisa, em observância às diretrizes da resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde, atenderá às diretrizes basilares no que se refere a consentimento, sigilo e anonimato, benefícios e propriedade intelectual (Brasil, 1996).

2.5 ESTRATÉGIAS PARA COLETA DE DADOS/ INFORMAÇÕES

Os dados que apontarão os indicadores a serem avaliados serão obtidos em duas fontes: dados primários, obtidos da base de dados institucional; secundários, obtidos por meio de diferentes estratégias, envolvendo tanto a aplicação de questionários quanto a realização de entrevistas e investigação de registros cadastrais dos sujeitos envolvidos. Dessa forma:

- por meio do uso de instrumentos estruturados ou semi-estruturados, pretende-se obter dados e informações referentes às diferentes dimensões avaliadas. Para tanto, serão construídos instrumentos apropriados,

estruturados em diferentes itens, que se referirão às distintas variáveis (indicadores de qualidade) das dimensões em estudo. Tais instrumentos serão aplicados aos sujeitos implicados na avaliação de acordo com as diferentes dimensões em avaliação e com as diferentes etapas do desenvolvimento do projeto;

- por meio de entrevistas, pretende-se obter informações que sejam relevantes na avaliação das diferentes dimensões em estudo. Tais entrevistas envolverão dirigentes universitários, coordenadores de curso, assessorias específicas, chefias de setores, docentes, discentes e, inclusive, profissionais ligados às áreas de atuação dos cursos, mas alheios aos quadros da instituição;
- por meio da consulta nos registros cadastrais, buscar-se-ão informações que poderão ser úteis como alternativa de avaliação de caráter geral com relação aos aspectos de organização e estruturação da instituição.

Independentemente das diferentes estratégias e dos instrumentos a serem utilizados para a coleta de dados, serão priorizadas variáveis e indicadores já anteriormente caracterizados e exigidos pela legislação, além de outros que possam vir a ser de interesse da instituição.

2.6 TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS/ INFORMAÇÕES

Os dados e as informações de caráter quantitativo serão organizados e apresentados na forma de tabelas, gráficos e diagramas; já os de cunho qualitativo serão sistematizados em diferentes categorias de análise. Para efeitos de análise dos dados numéricos, serão utilizadas as técnicas da estatística descritiva e inferencial. Para verificar a independência entre as variáveis serão utilizados testes paramétricos e não para-

métricos para um nível de significância de 5%. Os resultados da aplicação de questionários de atitudes e valores permitirão análises probabilísticas de distribuição de frequências, com caracterização de classes de desempenho variáveis (de *discordo plenamente* até *concordo plenamente*). Da mesma forma, utilizar-se-ão fórmulas sugeridas pelo MEC para efeitos da definição dos diferentes “índices” e “taxas” que deverão constar nos diferentes relatórios.

Os dados serão analisados qualitativamente com o fim de se obter a descrição significativa do conteúdo das sínteses obtidas nos grupos focais, permitindo a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção das mensagens. Na busca para atingir o significado manifesto e de determinar as temáticas, utilizar-se-á a análise de conteúdo proposta por Minayo (2004).

2.7 DESCRIÇÃO DAS AÇÕES PREVISTAS NO DESENVOLVIMENTO

O desenvolvimento do Programa de Auto-Avaliação da UPF comportará várias etapas, cada uma delas incluindo diferentes ações, como se descreve a seguir.

- *Operacionalização da base de dados institucional*: este processo possibilitará a agilização do desenvolvimento da auto-avaliação, assim como oferecerá um suporte fidedigno para a execução das políticas de gestão universitária. O objetivo é implementar um sistema capaz de informatizar os processos de entrada, saída e interpretação dos dados de auto-avaliação da UPF.
- *(Re)sensibilização, motivação e (re)organização*: o processo de sensibilização deverá ser retomado e intensificado por meio de diferentes ações, dentre as quais seminários (geral e setoriais), debates e fóruns de dis-

cussão. Na realização dessas atividades, é necessária a articulação entre reitoria, vice-reitorias, direção das várias unidades acadêmicas, coordenações de cursos ou de comissões, docentes, diretórios acadêmicos, associações de docente e do corpo técnico-administrativo, para o que poderão concorrer algumas medidas tomadas no âmbito institucional da UPF, tais como: a) articulação da Comissão Própria de Avaliação com o Conselho Universitário, congregações unidades acadêmicas, colegiados de curso, com as associações docente e discente e com comissões especiais da universidade; b) realização de seminários interinstitucionais para fins de troca de experiências, com temas acordados e definidos em conjunto com a Comissão Executiva do Paiung, bem como com as comissões externas de avaliação do MEC.

- *Diagnóstico*: o diagnóstico institucional concernente às dimensões objeto da avaliação compreende: a) a coleta de dados, mediante a aplicação de instrumentos apropriados; b) análise dos dados, organizados em conjuntos básicos de informação, referentes às dimensões avaliadas, ensejando a compatibilização dos resultados da avaliação entre os cursos, unidades e setores de gestão acadêmica e administrativa; c) interpretação crítica dos dados analisados no âmbito de cada curso, unidade e setor de gestão acadêmica e administrativa da UPF; d) intervenção na realidade institucional, isto é, com base na interpretação crítica dos dados, serão apontadas e apresentadas à comunidade acadêmica e aos conselhos superiores alternativas de ação no sentido de potencializar os aspectos positivos e de minimizar as dificuldades encontradas.

- *Avaliação da avaliação:* a projeto de auto-avaliação da UPF, como um programa interinstitucional, prevê diretrizes norteadoras (de concepção e operacionalização) do seu próprio processo avaliativo. É, pois, no desenvolvimento das atividades e ações avaliativas que ela se concretizará, o que permitirá evidenciar suas qualidades e deficiências. Nesse sentido, é pertinente que sejam apontados os problemas identificados, as retificações e os redirecionamentos sugeridos, mediante análise das convergências em relação à proposta original do projeto da UPF, tendo em vista o aperfeiçoamento do seu programa frente ao universo das universidades do Comung e a possibilidade de contribuir para o aperfeiçoamento do próprio Sinaes.
- *Sistematização e publicização:* a sistematização e publicização, a cargo da Comissão Própria de Avaliação da UPF, será expressa por meio de relatórios parciais e final, para uso da instituição, de seus cursos e setores, dos quais deverão constar a síntese do processo avaliativo institucional. Os relatórios serão encaminhados aos diferentes setores, unidades e cursos da universidade e enviados às demais universidades do Comung, objetivando comparações, troca de experiências e mútua colaboração na caracterização da qualidade institucional das instituições de ensino superior comunitárias do Rio Grande do Sul.

3 DIMENSÕES

A lei nº 10.861/2004, no seu artigo 3º, estabelece as dez dimensões que devem ser o foco da avaliação institucional e que garantem, simultaneamente, a unidade do processo avaliativo em âmbito nacional, bem como a especificidade de cada instituição. Entretanto, concebendo o processo de auto-avaliação como um sistema integrado de avaliação das atividades acadêmicas e administrativas da instituição, algumas dessas dimensões foram agrupadas, a saber: a) missão/PDI; b) ensino; c) pesquisa; d) extensão e responsabilidade social; e) pós-graduação; f) gestão; g) avaliação institucional.

Como parte de um mesmo sistema de auto-avaliação, cada uma dessas dimensões é desenvolvida em situações e momentos distintos, fazendo uso de instrumentos próprios, mas articulados entre si. As dimensões abordam concepções, objetivos e plano de ação específicos, com o objetivo de identificar as potencialidades e insuficiências da instituição. Dessa forma, o Programa de Auto-Avaliação da UPF está apoiado no princípio fundamental de conceber a educação superior como um bem público, inclusive em decorrência da própria concepção apregoada pelo Sinaes.

3.1 MISSÃO/PDI

A missão da UPF, definida nos documentos oficiais da instituição, é “produzir e difundir conhecimentos que promovam a melhoria da qualidade de vida e formar cidadãos competen-

tes, com postura crítica, ética e humanista, preparados para atuar como agentes transformadores”.¹

Dessa forma, definiu-se que a avaliação dessa dimensão terá os seguintes objetivos:

- avaliar as finalidades, objetivos e compromissos da UPF explicitados no PDI e no PPI;
- avaliar a concretização do princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão na prática acadêmica;
- averiguar a concretização das práticas pedagógicas e administrativas da instituição, identificando resultados, dificuldades e carências, possibilidades e potencialidades;
- determinar se as características descritas no PDI relacionam-se com o contexto social e econômico em que a UPF está inserida;
- analisar a articulação existente entre o PDI e o PPI no que diz respeito à educação superior (atividades de ensino, pesquisa, extensão, gestão acadêmica e administrativa, avaliação institucional).

Para cumprir com os objetivos estabelecidos, descrevem-se no Quadro 1 as ações previstas para a avaliação da missão/PDI.

¹ Disponível em: <<http://www.upf.br/marketing/missao.php>>.

Quadro 1. Plano de trabalho de auto-avaliação da missão/PDI

Tarefas/ações	Recursos	
	Humanos	Materiais
Avaliação do compromisso da UPF com relação à educação superior, explicitado nos documentos oficiais da instituição	CPA, comunidade acadêmica	PDI, PPI, projetos pedagógicos dos cursos
Consolidação da auto-avaliação da missão e do PDI, por meio da elaboração de relatório, bem como da reflexão dos resultados alcançados, com vistas à elaboração de propostas de políticas institucionais	CPA, comunidade acadêmica	Relatório parcial de avaliação da missão, do PDI

3.2 ENSINO

A dimensão ensino reúne a avaliação das políticas de atendimento a discentes e egressos, bem como a organização didático-pedagógica e práticas pedagógicas, grande foco das IES.

Ensino e aprendizagem são metas universais das instituições de ensino. Esse enfoque reflete-se diretamente nos componentes de desenvolvimento dos docentes: as práticas instrucionais e a avaliação (Gianotti, 1997, p. 39-40). No processo de construção do conhecimento do ensino superior, é essencial a adoção de mecanismos constantes de avaliação, com o intuito de acompanhar e aferir resultados, juntamente com reflexões e ações coordenadas. Nesse contexto, o processo de auto-avaliação da grande dimensão denominada “ensino” organiza-se para dar ênfase à:

- adequação das práticas pedagógicas com a organização didático-pedagógica: projeto pedagógico, planos de ensino/aprendizagem e avaliação de conhecimento dos cursos de graduação. A utilização de processos participativos para a construção de conhecimento, juntamente com a realização efetiva dos projetos pedagógicos (estabelecido *versus* prática), em consonância com as dire-

trizes curriculares e inovações específicas de cada área, deve estar de acordo com os propósitos da instituição;

- pertinência das práticas institucionais que buscam a melhoria do processo de ensino e aprendizagem, por meio dos serviços de apoio aos discentes (bolsas de estudo, oportunidades de estágios e clareza nos trâmites que dizem respeito a sua trajetória acadêmica);
- consolidação e melhoria de um clima que favoreça o ensino e a aprendizagem, por meio de intra e inter-relações de docentes, discentes, corpo técnico-administrativo e comunidade externa;
- avaliação das políticas relacionadas aos discentes, tais como seleção, matrícula, evasão, participação das decisões políticas institucionais, intercâmbio estudantil e acompanhamento dos egressos.

A auto-avaliação da dimensão ensino procura identificar pontos essenciais no processo de ensino e aprendizagem que devem ser monitorados e, se necessário, sofrer mudanças em seus procedimentos e métodos. Para alcançar esse objetivo, é imprescindível um forte envolvimento das comunidades docente e discente, auxiliados pelos respectivos setores de apoio com constante interação com a Divisão de Graduação e a respectiva vice-reitoria.

Os objetivos estabelecidos para avaliar a dimensão ensino da UPF são:

- verificar se a capacitação/atualização pedagógica/profissional está em consonância com a missão institucional;
- identificar se os cursos oferecidos pela instituição atendem às necessidades da comunidade;
- examinar a interação pedagógica entre disciplinas, conteúdos, valores, posturas, habilidades e competências;

- avaliar os projetos pedagógicos de cada curso, verificando sua adequação aos objetivos da IES, sua relação com as inovações dos métodos de ensino e áreas de conhecimento, com as diretrizes curriculares específicas;
- examinar a execução dos projetos pedagógicos de cada curso em relação ao estabelecido (teoria *versus* prática);
- verificar se as práticas institucionais empregadas instigam a melhoria do processo de ensino e aprendizagem, entre elas as políticas relacionadas com a capacitação, a valorização e a formação docente, bem como as de apoio ao discente;
- verificar a interdisciplinaridade no projeto pedagógico de cada curso, tanto no aspecto formal quanto na execução prática, enfatizando as demandas mercadológicas, sociais e de formação científica;
- examinar a interação entre as diferentes áreas de conhecimento e cursos;
- avaliar o funcionamento/representatividade de docentes e discentes nos colegiados, bem como suas participações nos processos decisórios;
- examinar se a estrutura organizacional da IES propicia um clima que favoreça o processo de ensino e aprendizagem, enfatizando as relações interpessoais, os graus de satisfação pessoal/profissional, o acesso à gestão acadêmica e as tomadas de decisões de forma conjunta;
- avaliar a orientação e o acompanhamento prestados aos docentes em relação aos objetivos e aos planos institucionais, bem como ao projeto pedagógico do curso;
- avaliar a orientação e o acompanhamento aos gestores acadêmicos da instituição, com ênfase no funcionamento e na prática processual corrente;

- avaliar a disponibilidade, a eficiência/eficácia e a adequada preparação de serviços de apoio, tanto para docentes quanto os destinados aos discentes;
- verificar a adequação dos critérios utilizados nas políticas de permanência de discentes, os métodos de acompanhamento pedagógico, os espaços destinados para convivência e a consonância desses com os objetivos institucionais e da comunidade onde a IES está inserida;
- examinar as políticas de participação dos discentes nas atividades de ensino (estágios, tutoria), na iniciação científica, na extensão, na avaliação institucional e nos intercâmbios estudantis;
- refletir sobre as atividades educativas e avaliativas, examinando informações sobre os mecanismos, sistemáticas de estudos e análises dos dados e indicadores, com relação aos docentes, discentes e egressos;
- verificar os mecanismos de acompanhamento dos egressos, analisando sua inserção profissional, as oportunidades oferecidas de formação continuada e os meios de participação ativa dos egressos na comunidade universitária;
- examinar como a instituição identifica e satisfaz às necessidades e expectativas de docentes e discentes, buscando assegurar o uso dos processos de avaliação somativa e formativa (Rodrigues et al., 2003).

Descrevem-se no Quadro 2 as tarefas/ações que serão desenvolvidas, bem como os respectivos prazos de execução e os recursos (humanos, materiais) utilizados no processo de auto-avaliação do ensino da UPF.

Quadro 2 – Plano de trabalho de auto-avaliação do ensino

Tarefas/ações	Recursos	
	Humanos	Materiais
Definição dos grupos de trabalho com a participação de integrantes da comunidade acadêmica, visando à elaboração de instrumentos de coleta de dados, definição da metodologia de análise e interpretação dos dados	CPA, Vice-Reitoria de Graduação, Divisão de Graduação, Comissão de Graduação, Comissão de Vestibular, Setor de Apoio Pedagógico, Secretaria Geral dos Cursos	PDI, PPI, Estatuto da UPF, Regimento Geral, instrumentos
Avaliação da adequação dos projetos pedagógicos dos cursos: práticas pedagógicas, organização didática, conformidade dos conteúdos ministrados, consonância das diretrizes curriculares e inovações nas áreas em relação aos propósitos da instituição	CPA, Vice-Reitoria de Graduação, Divisão de Graduação, Comissão de Graduação, coordenadores de curso, docentes, discentes	PDI, PPI, Projetos pedagógico dos cursos
Avaliação das políticas utilizadas para o acompanhamento dos egressos, bem como sua percepção em relação à UPF	CPA, Vice-Reitoria de Graduação, coordenadores de curso, representantes de classes organizadas, comunidade externa, discentes, egressos	Instrumentos de pesquisa para egressos
Apreciação do clima institucional e serviços de apoio aos discentes	CPA, Setor de Apoio Pedagógico, Secretaria Geral dos Cursos	Estatuto da UPF, Regimento Geral
Avaliação das orientações prestadas a docentes, a capacitação dos gestores acadêmicos em sua chegada às coordenações e os trâmites dos processos acadêmicos	CPA, Vice-Reitoria de graduação, Divisão de Graduação, Comissão de Graduação, Setor de Apoio Pedagógico, coordenadores e ex-coordenadores de curso	Instrumentos específicos a serem desenvolvidos

Quadro 2 – Plano de trabalho de auto-avaliação do ensino (continuação)

Tarefas/ações	Recursos	
	Humanos	Materiais
Verificação dos mecanismos utilizados para permanência de discentes, acompanhamento pedagógico, participação dos discentes nas decisões da instituição e atividades de ensino	CPA, Vice-Reitoria, Divisão e Comissão de Graduação, Comissão de Vestibular, Secretaria Geral dos Cursos, coordenadores de curso, docentes, discentes	PDI, Relatório de Atividades da UPF
Organização do relatório de auto-avaliação da dimensão ensino, por meio da elaboração, divulgação e análise crítica dos resultados, buscando sugestões para melhorias na qualidade do ensino	CPA, comunidade acadêmica	Relatório parcial da auto-avaliação da dimensão ensino

3.3 PESQUISA

A UPF entende a pesquisa como atividade indissociável do ensino e da extensão, por isso incentiva a produção científica da comunidade acadêmica. Os resultados das pesquisas desenvolvidas são transferidos não somente para os graduandos e pós-graduandos no processo pedagógico, mas também para a comunidade em geral. Nessa direção, a pesquisa assume o papel de potencializar a experimentação tanto do sujeito quanto do “objeto” de pesquisa para além de um caráter utilitário ou instrumental, sobretudo para conhecer, criar e subjetivar (Fernandes et al., 2004). Busca-se garantir a presença de uma comunidade de pesquisadores, enquanto observadores, nos cursos de graduação e de pós-graduação, nos grupos de pesquisa, nos encontros científicos, entre outros.

Ações têm sido tomadas com a finalidade de regulamentar as atividades, como no caso da criação do “Quadro de Pesquisadores”. A regulamentação enquadra-se, pois, como um resultado do processo de auto-avaliação. É preciso reconhecer

as potencialidades, os problemas e os desafios da trajetória de pesquisa da instituição para apontar alternativas no sentido de sua expansão. Por ser um processo de transição, tal iniciativa requer a aplicação permanente de mecanismos de avaliação.

Os objetivos estabelecidos para avaliar a dimensão pesquisa são:

- estabelecer um critério dinâmico e permanente de (re)conhecimento das atividades de pesquisa desenvolvidas na instituição pelos docentes e discentes pesquisadores;
- acompanhar a trajetória dos projetos de pesquisa desenvolvidos e sua coerência tanto com o caráter comunitário da instituição quanto com o plano pedagógico de seus cursos de graduação e as atividades de extensão;
- identificar as potencialidades e os desafios da prática da pesquisa na instituição, contemplando a abrangência local, regional, nacional e internacional, assim como a existência de interdisciplinaridade entre as diferentes áreas do conhecimento nos projetos de pesquisa desenvolvidos;
- oferecer instrumentos de auto-avaliação que permitam a participação de todos os envolvidos, seja na regulamentação, seja na prática da pesquisa na instituição, de forma a constituir fontes de informação para a elaboração de políticas e ações institucionais;
- examinar a efetividade e o alcance dos diferentes meios de comunicação utilizados para a divulgação das pesquisas realizadas e os seus resultados.

Para cumprir com os objetivos estabelecidos, descrevem-se no Quadro 3 as ações previstas para a avaliação da dimensão pesquisa.

Quadro 3 – Plano de trabalho de auto-avaliação da pesquisa

Tarefas/ações	Recursos	
	Humanos	Materiais
Caracterização do perfil da pesquisa na instituição ao longo do tempo, no que diz respeito a sua relevância social e científica e ao seu grau de inserção nas atividades de ensino e de extensão. Inclui-se nesta etapa a análise sobre a abrangência e o foco das atividades de pesquisa realizadas e a consonância com o caráter regional da instituição	CPA, Vice-Reitoria de Pesquisa e de Pós-Graduação, Divisão de Pesquisa	PDI, Planejamento Estratégico, Relatório de Atividades da Fundação Universidade de Passo Fundo
Implementação de estudo sobre as condições institucionais para a atuação do pesquisador e o apoio para seu aperfeiçoamento, avaliando as condições de infra-estrutura material e física para o ambiente utilizado para o desenvolvimento das pesquisas	CPA, Vice-Reitoria de Pesquisa e de Pós-Graduação, Divisão de Pesquisa	Relatórios internos da Divisão de Pesquisa, Documento de regulamentação do Quadro de Pesquisadores; Relatórios internos da Vice-Reitoria Administrativa
Identificação das oportunidades efetivas para o discente desenvolver o espírito crítico e científico para o seu prosseguimento na trajetória de pesquisador, observando o impacto dos resultados das pesquisas nas atividades de ensino	CPA, Vice-Reitoria de Pesquisa e de Pós-Graduação, Divisão de Pesquisa	PDI, Planejamento Estratégico, Relatórios internos da Divisão de Pesquisa, Relatório de Atividades da Fundação Universidade de Passo Fundo
Realização de um fórum de discussões com as comunidades interna e externa com o objetivo de avaliar o impacto e as contribuições oferecidas pelos resultados das pesquisas na comunidade local e regional	CPA, Vice-Reitoria de Pesquisa e de Pós-Graduação, Divisão de Pesquisa, unidades acadêmicas, coordenadores de pesquisa, representantes da comunidade externa	Documento de sistematização
Consolidação da auto-avaliação da dimensão pesquisa, por meio da elaboração de relatório, bem como da reflexão dos resultados alcançados, com vistas à elaboração de propostas de políticas institucionais de pesquisa	CPA, comunidade acadêmica	Relatório parcial da auto-avaliação da pesquisa

3.4 EXTENSÃO E RESPONSABILIDADE SOCIAL

A política de extensão de uma universidade comunitária deve ir além da mera prestação de serviços. A extensão universitária é um processo educativo, cultural e científico articulado com o ensino e a pesquisa, que visa à ação conjunta e transformadora entre universidade e sociedade. Essa articulação deve produzir e difundir novos conhecimentos, valorizando o caráter comunitário da universidade, que é contribuir para o desenvolvimento socioeconômico local e regional.

Para tanto, as ações de extensão devem estar em consonância com a dinâmica das políticas públicas e sociais estabelecidas nas diversas esferas de governo e áreas de abrangência da instituição. Justifica-se, portanto, estabelecer um sistema de autoconhecimento permanente das atividades de extensão desenvolvidas na instituição pelos docentes, funcionários e discentes junto à comunidade. Esse sistema deve acompanhar o desenvolvimento e o impacto dos programas e projetos de extensão e sua coerência tanto com o caráter comunitário da instituição quanto com o plano pedagógico de seus cursos de graduação. Ao mesmo tempo, deve ser capaz de identificar as demandas sociais da comunidade, privilegiando o âmbito local e regional. Como mecanismo para atender a tais metas, cabe à instituição oferecer instrumentos de auto-avaliação que permitam a participação de todos os envolvidos, seja na regulação de políticas de extensão na instituição, seja na elaboração e condução das ações, assim como da comunidade atendida a fim de garantir sua legitimidade. Pressupõe-se, nesse contexto, um vínculo permanente entre a instituição e a comunidade por meio de todas as formas de comunicação.

A Universidade de Passo Fundo, entidade sem fins lucrativos, de caráter beneficente e de assistência social, tem uma significativa trajetória na área social-cultural. Atualmente, trabalha na perspectiva de intensificar as ações de responsabilidade social, inserindo-se como protagonista e parceira das esferas pública e não governamental no enfrentamento dos efeitos da questão social e suas múltiplas expressões. No âmbito de universidade comunitária, a concepção de responsabilidade social é constitutiva das práticas de gestão não só da extensão, como também das instâncias do ensino e da pesquisa.

É importante considerar que a institucionalização de práticas de responsabilidade social implica um processo de escuta dos diferentes segmentos e suas demandas, para que essas sejam incorporadas às atividades de planejamento. Para tanto, compreende-se, inicialmente, que o processo de legitimação de práticas socialmente responsáveis na universidade passa pela ampliação das estratégias de comunicação. É imprescindível, também, a identificação das questões que demandam a utilização de tecnologias sociais e, fundamentalmente, a implementação de ações pautadas em critérios técnicos. Tal processo pauta-se pela garantia de instauração de mecanismos formais de participação da comunidade na definição e implementação de políticas socioambientais e culturais.

Tendo em vista tal concepção, a avaliação das ações de extensão e responsabilidade social da instituição tem como objetivos:

- estabelecer um sistema de autoconhecimento permanente das ações de extensão e de responsabilidade social desenvolvidas na instituição pelos docentes, discentes, corpo técnico-administrativo e comunidade externa;

- acompanhar o desenvolvimento e o impacto dos programas/projetos/ações de extensão e de responsabilidade social com vistas a identificar sua relação com as atividades de ensino e de pesquisa;
- examinar a consonância das ações de responsabilidade social da instituição, bem como os programas/projetos/ações de extensão com o processo de implementação de políticas públicas e sociais nos níveis federal, estadual e municipal;
- identificar a pertinência das ações de extensão e de responsabilidade social e sua vinculação com o planejamento institucional;
- avaliar a forma de participação dos discentes nos programas/projetos/ações de extensão e o impacto em sua formação;
- oferecer instrumentos de auto-avaliação que permitam a participação de todos os envolvidos na política de responsabilidade social da instituição, considerando a sua implementação no que diz respeito às políticas de inclusão social, ao desenvolvimento socioeconômico, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;
- examinar a percepção da imagem e da comunicação interna e externa da instituição no que diz respeito à marca UPF.

Descrevem-se no Quadro 4 as tarefas/ações que serão desenvolvidas, bem como os respectivos prazos de execução e os recursos (humanos, materiais) utilizados no processo de auto-avaliação da extensão da UPF.

Quadro 4 – Plano de trabalho de auto-avaliação da extensão/responsabilidade social

Tarefas/ações	Recursos	
	Humanos	Materiais
Constituição de grupo de trabalho com vistas à elaboração do plano de avaliação de responsabilidade social e das ações de extensão, definindo modos de funcionamento do grupo e estratégias de operacionalização	CPA, Vice-Reitoria de Extensão, Fundação Universidade de Passo Fundo	PDI, Planejamento Estratégico, Relatório de Atividades da Fundação Universidade de Passo Fundo, Relatório de Atividades INSS, Plano de Ação INSS/2005
Operacionalização do plano de avaliação: coleta de dados, análise documental e sistematização das informações	CPA, Vice-Reitoria de Extensão, Fundação Universidade de Passo Fundo	PDI, Planejamento Estratégico, Relatório de Atividades da Fundação Universidade de Passo Fundo, Relatório de Atividades INSS, Plano de Ação INSS/2005
Avaliação do alcance da política de responsabilidade social e das ações de extensão em relação ao cumprimento de indicadores estabelecidos pelo Sinaes	CPA, Vice-Reitoria de Extensão, Fundação Universidade de Passo Fundo	PDI, Planejamento Estratégico, Relatório de Atividades da Fundação Universidade de Passo Fundo, Relatório de Atividades INSS, Plano de Ação INSS/2005
Avaliação da participação dos discentes nas ações de extensão e o impacto em sua formação	CPA, Vice-Reitoria de Extensão, Fundação Universidade de Passo Fundo	PDI, Planejamento Estratégico, Relatório de Atividades da Fundação Universidade de Passo Fundo
Finalização do processo da auto-avaliação da responsabilidade social por meio da elaboração de relatório final, com a reflexão dos resultados alcançados com o objetivo de subsidiar a elaboração de propostas de adequação de programas e projetos e a redefinição da política de responsabilidade social institucional	CPA, comunidade acadêmica, Fundação Universidade de Passo Fundo	Relatório parcial da auto-avaliação da extensão e da responsabilidade social

3.5 PÓS-GRADUAÇÃO

Buscando o aperfeiçoamento e a garantia de um espaço de educação continuada, a instituição oferece cursos de pós-graduação em nível de especialização (*lato sensu*), mestrado e doutorado (*stricto sensu*). Procura-se contemplar as diversas áreas de conhecimento, além do aspecto da interdisciplinaridade, para a maior qualificação para o mercado de trabalho. Algumas áreas do conhecimento estão mais organizadas e apresentam expressivo *know-how* na pesquisa, o que permitiu a criação do curso de doutorado em Agronomia e dos cursos de mestrado em Educação, em História, em Engenharia e em Letras. Outras áreas estão iniciando suas atividades em nível de especialização e direcionam-se para demandas específicas. Instrumentos de avaliação vêm sendo aplicados aos discentes dos cursos de forma a identificar problemas, vantagens e desafios das propostas e estruturas curriculares. Há uma preocupação constante com a inter-relação entre a graduação e a pós-graduação. Avaliar, nesse contexto, implica contextualizar a pós-graduação enquanto integrante da educação permanente dos discentes e egressos da instituição.

Para tanto, a avaliação da dimensão pós-graduação pretende:

- avaliar a adequação das práticas pedagógicas com a organização didático-pedagógica dos cursos de pós-graduação;
- estabelecer cronograma e instrumentos para a revisão periódica dos parâmetros de qualidade na elaboração dos projetos pedagógicos dos cursos pós-graduação;
- avaliar a participação de instituições públicas e privadas no financiamento dos cursos oferecidos;

- examinar a existência de estímulo à participação dos discentes de pós-graduação nas diversas atividades de pesquisa, tais como mostras, congressos, simpósios, e de extensão;
- promover discussões com a comunidade acadêmica sobre os conceitos de avaliação apresentados pela Capes e pela auto-avaliação da instituição;
- valorizar os resultados das avaliações interna e externa para a aprovação de novas turmas de cursos de pós-graduação;
- identificar e incentivar a promoção de cursos de pós-graduação orientados pela demanda da comunidade regional;
- estabelecer mecanismos de acompanhamento do egresso dos cursos de pós-graduação.

Para cumprir com os objetivos estabelecidos, descrevem-se no Quadro 5 as ações previstas para a avaliação da dimensão pós-graduação.

Quadro 5 – Plano de trabalho de auto-avaliação da pós-graduação

Tarefas/ações	Recursos	
	Humanos	Materiais
Implementação de fóruns sistemáticos envolvendo coordenadores, docentes, funcionários e discentes dos cursos de pós-graduação com o intuito de elaborar, revisar e avaliar as políticas de pós-graduação na instituição	CPA, Vice-Reitoria de Pesquisa e de Pós-Graduação, Divisão de Pós-Graduação, coordenadores de pós-graduação, docentes, pós-graduandos e funcionários	Relatórios internos da Divisão de Pós-Graduação, resultados da aplicação dos instrumentos de avaliação dos cursos de pós-graduação, documentos de sistematização
Realização de um estudo que possibilite identificar as demandas potenciais da comunidade com relação a novos cursos de pós-graduação	CPA, Vice-Reitoria de Pesquisa e de Pós-Graduação, Divisão de Pós-Graduação, coordenadores de pós-graduação	Relatórios internos da Divisão de Pós-Graduação, resultados da aplicação dos instrumentos de avaliação dos cursos de pós-graduação, pesquisa de campo
Consolidação da auto-avaliação da dimensão pós-graduação, por meio da elaboração de relatório, bem como da reflexão dos resultados alcançados, com vistas à elaboração de propostas de políticas institucionais de pós-graduação	CPA, Vice-Reitoria de Pesquisa e de Pós-Graduação, Divisão de Pós-Graduação	Relatório parcial da auto-avaliação da pós-graduação

3.6 GESTÃO

A auto-avaliação da gestão é, antes de tudo, o primeiro passo para o processo de aprendizagem e de transformação de uma instituição de educação superior. Quanto mais preciso e metodológico for, mais benefícios serão obtidos; por isso, os critérios de avaliação do sistema de gestão/administração da UPF

² Premissas baseadas no Programa Gaúcho da Qualidade e Produtividade (PGQP). Sistema de avaliação que faz parte de uma metodologia desenvolvida em harmonia com preceitos gerenciais consolidados e alinhada aos critérios de excelência do Prêmio Nacional da Qualidade. Disponível em: <www.portalqualidade.com>.

referem-se à condução do processo de mudança pelas lideranças da instituição (reitor, vice-reitores, diretores de unidade e de *campi*, coordenadores de curso, chefes de setores/divisões), com clareza de estratégias, valores e metas, com foco em todos os atores (docentes, discentes, corpo técnico-administrativo, comunidade externa), com responsabilidade social e com decisões baseadas em fatos e dados. Refere-se também à qualificação das pessoas e ao domínio dos processos, induzindo a um sistema de gestão voltado para resultados.

Os propósitos fundamentais da UPF, ao utilizar essa ferramenta de diagnóstico de gestão, são melhorar a qualidade dos seus produtos e serviços (educação superior) e fortalecer a sua imagem. Dessa forma, o processo de auto-avaliação da dimensão gestão da UPF agrupa os seguintes núcleos de avaliação: organização/gestão da instituição, corpo técnico-administrativo, infra-estrutura física e sustentabilidade financeira.

O processo de auto-avaliação da gestão/administração da UPF é concebido como uma ferramenta de gestão que permite diagnosticar o estágio de desenvolvimento gerencial e planejar ações visando à melhoria contínua. Caracteriza-se por não ser prescritivo, ou seja, não sugere abordagens ou metodologias de avaliação da gestão específicas. Dessa forma, a auto-avaliação tem como ação principal a formulação de estratégias/instrumentos por meio dos quais a instituição avalia a sua organização e administração, com vistas à:

- apreciação dos meios utilizados para cumprir os projetos institucionais, identificando a forma de participação dos segmentos da comunidade acadêmica nos processos decisórios, especialmente com relação ao funcionamento/representatividade dos colegiados e a sua independência/autonomia com relação à Fundação Universidade de Passo Fundo;

- sistematização das informações com relação às políticas de promoção docente (planos de carreira com critérios claros de admissão e de progressão, planos complementares de benefícios, saúde e segurança) e do corpo técnico-administrativo (cursos de aperfeiçoamento, ascensão e desenvolvimento profissional, condições de trabalho);
- adequação da infra-estrutura existente para atingir os objetivos especificados no PDI/PPI da instituição, bem como para o cumprimento das determinações da legislação vigente, por meio da avaliação do Plano Diretor;
- avaliação da eficácia da utilização e obtenção dos recursos financeiros necessários para o cumprimento das metas e prioridades estabelecidas no PDI e no Planejamento Estratégico, analisando a capacidade de gestão e administração do orçamento, tendo em vista a continuidade de oferta da educação superior.

Nessa perspectiva, o processo de auto-avaliação da gestão e da administração da UPF exige um comprometimento efetivo de todos os segmentos da comunidade acadêmica (docentes, discentes, corpo técnico-administrativo e comunidade externa) de educação superior, pois a auto-avaliação é um elemento imperativo ético indispensável por ter como foco principal a educação na qualidade de bem público.

Esse processo baseia-se em três premissas² importantes:

- não existe uma única estrutura organizacional “certa e igual” para todas as instituições de educação superior;
- não existe uma única maneira “certa” de gerenciar e avaliar os atores do processo para todas as instituições de educação superior;
- não existe uma única metodologia “certa” para gerenciar e avaliar as instituições de educação superior.

Os objetivos estabelecidos para avaliar a dimensão gestão/administração da UPF são:

- identificar a estrutura de poder organizacional da instituição, sistematizando as relações interpessoais, bem como os graus de satisfação pessoal/profissional;
- avaliar o funcionamento/representatividade dos colegiados, sua independência/autonomia em relação com a mantenedora, bem como a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios;
- identificar a existência de um planejamento estratégico como mecanismo para o cumprimento dos objetivos/projetos institucionais;
- avaliar o funcionamento, a composição e as atribuições dos órgãos colegiados, bem como identificar os modos de participação dos sujeitos no processo de gestão;
- avaliar a utilização dos processos de gestão/tomadas de decisão com relação às finalidades educativas;
- determinar a forma de utilização da gestão estratégica como processo de antecipação/solução de problemas;
- avaliar os planos de carreira regulamentados para os docentes e corpo técnico-administrativo, verificando os critérios de admissão/progressão, bem como os programas de qualificação profissional e de melhoria da qualidade de vida;
- avaliar a adequação da infra-estrutura da UPF em função das atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como para a adequação às normas legais;
- descrever as políticas institucionais de conservação, atualização, segurança e de estímulo à utilização da infra-estrutura da instituição em função das práticas educativas;

- avaliar as políticas de captação/alocação de recursos, tendo em vista a sustentabilidade financeira da UPF;
- identificar as políticas direcionadas à aplicação de recursos para programas de ensino, pesquisa e extensão;
- identificar quais são as estratégias administrativas e de gestão financeira/patrimonial utilizadas para cumprir o princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Descrevem-se no Quadro 6 as tarefas/ações que serão desenvolvidas, bem como os respectivos prazos de execução e os recursos (humanos, materiais) utilizados no processo de auto-avaliação da gestão/administração da UPF.

Quadro 6 – Plano de trabalho de auto-avaliação da gestão

Tarefas/ações	Recursos	
	Humanos	Materiais
Apreciação dos meios utilizados para cumprir os projetos institucionais, identificando a forma de participação dos segmentos da comunidade acadêmica nos processos decisórios	CPA, Vice-Reitoria Administrativa, Divisão Administrativa, Divisão Financeira	PDI, Planejamento Estratégico, Relatório de Atividades da Fundação Universidade de Passo Fundo, Estatuto da UPF, Regimento Geral da UPF
Sistematização das informações com relação às políticas de aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e condições de trabalho dos docentes e do corpo técnico-administrativo	CPA, Vice-Reitoria Administrativa, Divisão Administrativa	PDI, Planejamento Estratégico, Relatório de Atividades da Fundação Universidade de Passo Fundo, Estatuto da UPF, Regimento Geral da UPF
Adequação da infra-estrutura existente para atingir os objetivos especificados no PDI/PPI, bem como para o cumprimento das determinações da legislação vigente	CPA, Vice-Reitoria Administrativa, Divisão Administrativa	PDI, Planejamento Estratégico, Relatório de Atividades da Fundação Universidade de Passo Fundo
Avaliação da eficácia da utilização e obtenção dos recursos financeiros necessários para o cumprimento das metas e prioridades estabelecidas no PDI e no Planejamento Estratégico	CPA, Vice-Reitoria Administrativa, Divisão Financeira	PDI, Planejamento Estratégico, Relatório de Atividades da Fundação Universidade de Passo Fundo
Consolidação da auto-avaliação da gestão, por meio da elaboração de relatório, bem como da reflexão dos resultados alcançados, com vistas à elaboração de propostas de políticas institucionais de gestão	CPA, comunidade acadêmica	Relatório parcial da auto-avaliação da gestão

3.7 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

O novo programa de avaliação da UPF procura aperfeiçoar sua trajetória auto-avaliativa norteada pela concepção de avaliação planejada, sistêmica e permanente. Para alcançar as metas definidas, evitando o viés de privilegiar os resultados, a avaliação é tida como processo e, como tal, assume um espaço de reflexão constante e de metaavaliação. Tal espaço justifica-se pela necessidade de apreender o processo como uma dinâmica de partes, cada qual com sua identidade e peculiaridade, integrante da globalidade institucional.

A avaliação, nesse contexto, não deve estar restrita ou vinculada a um grupo, geralmente aquele que “faz” a avaliação. São imprescindíveis a participação e o comprometimento de todos os sujeitos ou atores institucionais na forma de responsabilidade compartilhada. As crescentes exigências colocadas aos coordenadores de curso, inclusive em termos de responsabilidade civil, alteram sensivelmente a concepção de avaliação, o que inibe a possibilidade de atribuir a auto-avaliação a um grupo mais centralizado. Entretanto, o processo deve considerar o risco de segmentação e implementar instrumentos de sensibilização para o princípio da universalidade institucional.

Descrevem-se no Quadro 7 as tarefas/ações que serão desenvolvidas no processo de metaavaliação da auto-avaliação da UPF.

Quadro 7 – Plano de trabalho de metaavaliação da auto-avaliação

Tarefas/ações	Recursos	
	Humanos	Materiais
Realização de Seminário Interno de auto-avaliação para a apreciação dos resultados obtidos	CPA e comunidade acadêmica	Relatórios parciais de auto-avaliação
Apreciação dos resultados alcançados por meio da implementação do Programa de Auto-Avaliação da UPF	CPA	Relatório final da auto-avaliação da UPF

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Resolução 196/96 de 10 de outubro de 1996*. Dispõe sobre as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Conselho Nacional de Saúde, Brasília, DF, 10 out. 1996. Disponível em: <<https://conselho.saude.gov.br/docs/Reso196.doc>>. Acesso em: 21 mar. 2005.

CENCI, A. V. *O que é ética? Elementos em torno de uma ética geral*. Passo Fundo: Ediupf, 2000.

COMUNG. *Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas*. Disponível em: <<http://www.comung.org.br>>. Acesso em: 21 mar. 2005.

FERNANDES, A. M. D.; ROZENOWICZ, A.; FERREIRA, J. P. *Avaliação qualitativa e a construção de indicadores sociais: caminhos de uma pesquisa/intervenção em um projeto educacional*. *Psicol. estud.* [on-line]. maio/ago. 2004, v. 9, n. 2, p. 243-253. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722004000200010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: mar. 2005.

GIANOTTI, S. S. C.. *Guia de avaliação para instituições de ensino superior*. São Leopoldo: PGQP / Comitê Universidades, 1991.

LOPES, P. A. *Probabilidade & estatística*. Rio de Janeiro: Reichman & Affonso, 1999.

LOURAU, R. *Análise institucional e práticas de pesquisa*. Rio de Janeiro: Uerj, 1993.

- MARASCHIN, C. *Pesquisar e intervir*. Psicol. Soc. [on-line]. 2004, v. 16, n. 1, p. 98-107. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822004000100008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: mar. 2005.
- MINAYO, M. C. de S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 8. ed. São Paulo: Hucitec-Abrasco, 2004.
- NAUJORKS, L. C. et al. A avaliação institucional na Universidade de Passo Fundo no contexto dos dez anos do Paiung. In: SILVA, I. B.; DALLA ROSA, M. S. C. *Avaliação institucional integrada. Os dez anos do Paiung*. Ijuí: Unijuí, 2003. p. 93-114.
- PGQP. *Programa Gaúcho da Qualidade e Produtividade*. Disponível em: <www.portalqualidade.com>. Acesso em: mar. 2005.
- RODRIGUES, H. de B. C.; SOUZA, V. L. B. A Análise institucional e a profissionalização do psicólogo. In: SAIDON, O. et al. (Org.). *Análise institucional no Brasil: favela, hospício, escola*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987. p. 17-36.
- RODRIGUES, M. S. P. et al. Avaliação: sentido e complexidade. *Avaliação*, v. 8, n. 4, p. 207-219, out./dez. 2003.
- SANTOS, M. M. B.; NUNES, A. K. (Org.). Metodologia adotada pelo Paiung. In: SEMINÁRIO TEMÁTICO DO PAIUNG: AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL FACE ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS, 3., 2001, Santa Cruz do Sul. *Anais...* Santa Cruz do Sul: Unisc, 2002. p. 15-89.
- SINAES – *Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: da concepção à regulamentação*. 2. ed. ampl. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2004.
- TRIOLA, Mário. F. *Introdução à estatística*. 7. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1999.

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO. Divisão de Avaliação Institucional. *Programa de Avaliação Institucional/* Passo Fundo: UPF, 2000.

_____. *A instituição e os cursos na percepção dos formandos: 1996/2 – 2000/2*. MORTARI, M. I. M.; TEJADA, C. O. (Org). Passo Fundo: UPF, 2002.

_____. *Missão*. Disponível em: <<http://www.upf.br/marketing/mis-sao.php>>. Acesso em: mar. 2005.

ZOTTIS, P. D. *Descoberta de conhecimento na base de dados da avaliação institucional da UPF*. Trabalho de conclusão (Graduação em Ciência da Computação) – Instituto de Ciências Exatas e Geociências, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2002.

ANEXOS

ANEXO A

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO CONSELHO UNIVERSITÁRIO RESOLUÇÃO CONSUN Nº 12/2004

Dispõe sobre as atribuições, a forma de composição, a duração do mandato e a dinâmica de funcionamento da Comissão Própria de Avaliação (CPA).

O Conselho Universitário da Universidade de Passo Fundo, no uso de suas atribuições e considerando:

- a) o disposto no artigo 11 da Lei 10.861, de 14 de abril de 2004;
- b) o estabelecido na Portaria MEC 2.051, de 09 de julho de 2004, artigo 7º, parágrafo 2º

Resolve regularmentar as atribuições, a forma de composição, a duração do mandato e a dinâmica de funcionamento da Comissão Própria de Avaliação (CPA).

I – ATRIBUIÇÕES

Art. 1º – A CPA é parte integrante do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), estabelecendo um elo entre o projeto de avaliação da instituição e o sistema de educação superior do país, e tem as seguintes atribuições:

- a) conduzir o processo de auto-avaliação da instituição e de seus cursos;

- b) prestar informações relativas à auto-avaliação institucional e de seus cursos ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), bem como articular seu trabalho com as comissões de especialistas do Ministério da Educação (MEC) para efeitos da avaliação externa;
- c) elaborar o programa de auto-avaliação institucional da UPF, observando as especificidades da instituição e de seus cursos, em consonância com os conselhos superiores da instituição;
- d) definir diretrizes para a elaboração e implementação dos processos de auto-avaliação dos cursos;
- e) definir um plano de trabalho que inclua metodologia, procedimentos, objetivos, instrumentos e agenda para a auto-avaliação da instituição e de seus cursos;
- f) relatar as atividades desenvolvidas aos órgãos colegiados, apresentando relatórios, pareceres e recomendações;
- g) sistematizar os resultados da auto-avaliação da instituição e disponibilizar à comunidade acadêmica institucional o conhecimento gerado;
- h) apreciar e referendar os processos da auto-avaliação dos cursos sistematizados pelos respectivos colegiados;
- i) sugerir ao Consun da UPF resoluções normativas quanto à utilização dos resultados da auto-avaliação e de seus cursos, de forma a priorizar ações a curto, médio e longo prazo;
- j) propor ao Consun da UPF resoluções quanto às atribuições e às responsabilidades dos membros

da comunidade universitária (docentes, discentes e técnicos-administrativos) e comunidade externa.

II – COMPOSIÇÃO E MANDATO

Art. 2º – A CPA é composta por membros de todos os segmentos da comunidade universitária e da sociedade civil organizada, indicados pelo reitor e aprovados pelo Consun.

Art. 3º – A CPA terá a seguinte composição:

- I – 6 (seis) representantes do corpo docente da instituição;
- II – 2 (dois) representantes do corpo técnico-administrativo da instituição;
- III – 2 (dois) representantes do corpo discentes da instituição;
- IV – 2 (dois) representantes da sociedade civil organizada, escolhidos entre cidadão com notório saber científico, filosófico ou artístico.

Art. 4º – A CPA será presidida por 1 (um) dos membros referidos no inciso I do *caput* do artigo 3º, eleito pelo colegiado, para mandato de 4 (quatro) anos, permitida 1 (uma) recondução, observado o disposto no parágrafo único do artigo 11 desta resolução.

Parágrafo único – A Divisão de Avaliação Institucional da UPF será coordenada pelo Presidente da CPA.

Art. 5º – O mandato dos membros referidos nos incisos I e II do artigo 3º será de (4) quatro anos e o dos referidos nos incisos III e IV, de dois (2) anos, podendo ocorrer 1 (uma) recondução.

§ 1º – Nas renovações será permitida a alteração de 50% dos membros da CPA.

§ 2º – É possível a substituição dos membros por requerimento próprio encaminhado ao coordenador da CPA, ou por critério de discricionariedade aprovado pelos demais membros.

§ 3º – O substituto que complementar o mandato do substituído será indicado pelos demais membros da CPA ao reitor e aprovado pelo Consun.

III – DINÂMICA DE FUNCIONAMENTO

Art. 6º – A CPA desenvolverá suas atividades junto à Divisão de Avaliação Institucional da UPF, compartilhando espaço físico, orçamento e apoio de pessoal do corpo técnico-administrativo.

§ 1º – A dinâmica de funcionamento ocorrerá com reuniões ordinárias e extraordinárias de seus componentes, acrescidos de convidados da comunidade universitária e externa quando solicitado.

§ 2º – A organização e o funcionamento das reuniões da CPA respeitarão as normas definidas no artigo 18 do Estatuto da UPF, aplicadas ao Consun.

Art. 7º – O comparecimento dos membros da CPA às sessões, salvo motivo justificado, é obrigatório e tem precedência sobre qualquer outra atividade.

§ 1º – O membro que não se fizer representar, ou justificar ausência, em 3 (três) reuniões consecutivas será destituído.

§ 2º – Deverão ser abonadas as faltas dos representantes descritos nos incisos I, II e III do artigo 3º do presente regulamento que participem, em horário coincidente com atividades acadêmicas, de reuniões da CPA.

Art. 8º – Os convidados da comunidade interna são:

- a) reitor e vice-reitores;
- b) membros do Conselho Diretor;
- c) diretores de unidade e de campi e coordenadores de cursos (graduação e pós-graduação);
- d) membros dos colegiados de curso e congregações de unidades;
- e) coordenadores de seções/divisões acadêmicas e administrativas, juntamente com o pessoal técnico-administrativo das seções/divisões;
- f) representantes de associações organizadas de discentes, como os diretórios acadêmicos (DA) e o Diretório Central de Discentes (DCE).

Art. 9º – Os convidados da comunidade externa são os representantes dos seguintes segmentos:

- a) setor privado: associações profissionais, entidades de classes representativas de setores de atividades econômicas e entidades representativas dos trabalhadores;
- b) setor público: poderes Legislativo e Executivo, nas esferas municipal, estadual e federal, e o Judiciário nas esferas estadual e federal;
- c) entidades não governamentais.

Art. 10 – As reuniões ordinárias com os membros da CPA ocorrerão com periodicidade quinzenal com os convidados da comunidade universitária e externa, numa periodicidade bimestral.

Parágrafo único – As reuniões extraordinárias serão realizadas sempre que houver necessidade para tratar de assuntos urgentes, com convocação prévia do coordenador da CPA.

IV – DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 11 – A CPA será instalada no prazo de 10 (dez) dias a contar da publicação desta resolução.

Parágrafo único – Quando da constituição da CPA, 50% dos membros referidos nos incisos I e II do *caput* do artigo 3º desta resolução serão nomeados para o mandato de 2 (dois) anos.

Art. 12 – O conteúdo da presente resolução poderá ser alterado no todo ou em parte por força de imposição legislativa governamental ou por alteração submetida ao Consun.

Art. 13 – No momento que entrar em vigor esta resolução, a CPA atual deverá ser destituída para uma nova composição de acordo com o estabelecido neste regulamento.

Art. 14 – Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 15 – A presente resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 30 de novembro de 2004.

Ata nº 326

Prof. Rui Getúlio Soares

Presidente do Conselho Universitário

ANEXO B

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO CONSELHO UNIVERSITÁRIO RESOLUÇÃO CONSUN N^o 05/2005

Dispõe sobre a constituição das comissões de avaliação dos cursos de graduação da UPF e suas atribuições.

O Conselho Universitário da Universidade de Passo Fundo, no uso de suas atribuições e considerando o disposto:

- a) na Lei 10.861, de 14 de abril de 2004;
- b) na Portaria MEC 2.051, de 09 de julho de 2004;
- c) na resolução do Consun 12/2004;
- d) no Programa de Auto-Avaliação da Universidade de Passo Fundo.

Resolve:

Art. 1^o – A Comissão de Avaliação de Curso de Graduação (CACG) é parte integrante do Programa de Auto-Avaliação da UPF, cabendo-lhe estabelecer ligação entre a avaliação dos cursos de graduação, a proposta de auto-avaliação da UPF e o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes).

Art. 2^o – A CACG, constituída por ato do colegiado do curso, terá a seguinte composição:

- I – coordenador do curso de graduação;

II – 2 (dois) representantes do corpo docente

III – 1 (um) representante do corpo discente.

§ 1º – Os representantes a que se refere o inciso II serão eleitos pelo colegiado do curso para um mandato de 3 (três) anos, permitida uma recondução.

§ 2º – O representante a que se refere o inciso III será indicado pelo(s) representante(s) discente(s) no colegiado do curso para um mandato de 1 (um) ano, permitida uma recondução.

Art. 3º – É possível a substituição de um membro da CACG por requerimento próprio encaminhado ao coordenador da comissão, ou por critério de discricionariedade aprovado pelos demais membros.

§ 1º – O substituto do representante docente que complementar o mandato do substituído será indicado pelos demais membros da CACG para aprovação do colegiado do curso.

§ 2º – O substituto do representante discente a que se refere o inciso III será indicado pelo Diretório Acadêmico da Unidade, dentre os acadêmicos do curso de graduação a que pertence a Comissão, para aprovação do Colegiado do Curso.

Art. 4º – Fica a critério do Colegiado do Curso incluir, ao criar a CACG, a necessidade da participação de 1 (um) representante do corpo técnico-administrativo e de 1 (um) representante da sociedade civil na composição da Comissão, para um mandato de 1 (um) ano, permitida uma recondução.

Art. 5º – A comissão será presidida por 1 (um) dos membros docentes entre os membros da comissão, para mandato de 3 (três) anos, vedada a recondução.

Art. 6º – A nominata de composição da CACG deverá ser homologada pelo Conselho da Unidade e comunicada à CPA/UPF bem como quaisquer modificações em sua composição.

Art. 7º – A CACG terá as seguintes atribuições:

- I – elaborar e executar a Proposta de Avaliação do Curso de Graduação (PACG), em consonância com o Programa de Auto-avaliação da UPF, as Diretrizes de Avaliação dos Cursos de Graduação da UPF e o Instrumento de Avaliação de Curso de Graduação, elaborados pela CPA/UPF;
- II – sistematizar os resultados da avaliação do Curso, conforme alínea ‘g’ do Art. 1º, da Resolução Consun 12/2004;
- III – prestar informações solicitadas pela CPA/UPF, de forma a atender alínea ‘h’ do Art. 1º da Resolução do Consun 12/2004;
- IV – apresentar os resultados da PACG em seminários promovidos pela CPA.

Art. 8º – A PACG, nos termos das alíneas ‘d’ e ‘e’, do Art. 1º da Resolução do Consun 12/2004, é parte integrante do processo de auto-avaliação da instituição, definido pelo Sinaes como componente fundamental para (re)credenciamento das instituições de ensino superior.

Art. 9º – A PACG tem por finalidade a avaliação dos planos pedagógicos dos cursos de graduação, as relações entre docentes, discentes, corpo técnico-administrativo e comunidade externa, a inserção profissional e formação continuada dos egressos, da percepção da imagem do curso perante a comunidade externa e a capacitação e atualização pedagógica/profissional dos docentes, respeitados os seguintes princípios:

- I – o respeito à identidade e à diversidade dos cursos de graduação;
 - II – a participação do corpo docente, discente, técnico-administrativo e da sociedade civil, por meio de suas representações;
 - III – o caráter público de todos os procedimentos, informações e resultados dos processos avaliativos, de acordo com o inciso II do artigo 2º da Lei 10.861 de 14/04/2004.
- § 1º – A avaliação dos cursos de graduação utilizará procedimentos e instrumentos diversificados, que resultará na atribuição de conceitos a cada uma das dimensões avaliadas.
- § 2º – A Proposta de Avaliação de cada curso de graduação deverá ser remetida a CPA/UPF, em prazo por esta estabelecido, para apreciação e referendo.
- Art. 10 – A CACG deverá ser constituída no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da aprovação desta Resolução.
- Art. 11 – Os casos omissos serão resolvidos pela CPA/UPF.
- Art. 12 – A presente norma entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 14 de junho de 2005.

Ata nº 335

Prof. Rui Getúlio Soares

Presidente do Conselho Universitário

ANEXO C

TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

Prezado(a) Senhor(a),

O propósito desta pesquisa científica é compreender os processos avaliativos da Universidade de Passo Fundo. Durante as entrevistas serão feitas perguntas ao entrevistado para se alcançar os objetivos da pesquisa.

Os registros feitos durante as entrevistas somente serão divulgados aos membros da Comissão Própria de Avaliação da UPF, responsáveis pela pesquisa. Entretanto, o relatório final, contendo citações anônimas, estará disponível para todos quando estiver concluído o estudo, inclusive para apresentação em encontros com comissões de avaliação externa do MEC.

Poderá não haver benefícios diretos ou imediatos para o(a) Sr.(a) enquanto entrevistado deste estudo, além da oportunidade de poder falar de suas coisas, mas poderá haver mudanças nos processos acadêmicos e de gestão após os gestores tomarem conhecimento das conclusões.

Assim sendo, pelo presente termo de consentimento, declaro que fui informado(a), de forma clara, detalhada e por escrito, sobre os objetivos da pesquisa. Dessa forma, este termo,¹ em duas vias, é para certificar que eu, _____, concordo em participar na qualidade de

¹ O documento, em conformidade com a resolução 196/96 Conselho Nacional de Saúde, será assinado em duas vias de igual teor, ficando uma via em poder do participante e outra com a CPA/UPF.

voluntário do projeto mencionado. Por meio deste, consisto em ser entrevistado e que as entrevistas sejam gravadas em fitas cassetes.

Estou ciente de que, ao término da pesquisa, as fitas serão apagadas e que os resultados serão divulgados, porém sem que meu nome apareça associado à pesquisa. Estou ciente também de que um técnico fará a transcrição da fala gravada para um texto em computador e que os membros da CPA/UPF poderão conhecer o conteúdo, tal como foi falado, para discutir os resultados, mas estas pessoas estarão sempre submetidas às normas do sigilo profissional. Fui informado(a) ainda:

- a) dos benefícios do presente trabalho, assim como da garantia de receber resposta a qualquer pergunta ou esclarecimento a qualquer dúvida acerca da metodologia e de outros aspectos relacionados com a pesquisa desenvolvida;
- b) da liberdade de participar ou não da pesquisa, tendo assegurada a liberdade sem quaisquer prejuízos atuais ou futuros, podendo retirar meu consentimento em qualquer etapa do estudo;
- c) da segurança de que não serei identificado(a) e que se manterá o caráter confidencial das informações relacionadas com a minha privacidade e a proteção da minha imagem;
- d) da garantia de que as informações não serão utilizadas em meu prejuízo ou de outros;
- e) da liberdade de acesso aos resultados do estudo em qualquer etapa da pesquisa;
- f) da segurança de acesso aos resultados da pesquisa.

Nesses termos e considerando-me esclarecido, consinto em participar da pesquisa proposta de livre e espontânea vontade, sem cobrança de ônus ou qualquer encargo financeiro,

resguardando à UPF a propriedade intelectual das informações geradas e expressando a concordância com a divulgação pública dos resultados.

Assinatura do entrevistado

Testemunha: _____

Passo Fundo, ____ de _____ de ____.

IMPRESSÃO:

